ARTIGOS E PROJETOS

AÇÃO PARLAMENTAR 2019

JOSÉ GUIMARÃES
DEPUTADO FEDERAL

ARTIGOS E PROJETOS

AÇÃO PARLAMENTAR 2019

EXPEDIENTE

TEXTOS: Nut Pereira CE 3211 JP; Elton Viana CE 01281 JP

PROJETO GRÁFICO: Tiago Moura

JORNALISTA RESPONSÁVEL: Nut Pereira CE 3211 JP

ÍNDICE

	Pág.
Apresentação.....	4
Plano Emergencial de Emprego e Renda.....	8
Proposta de Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável.....	10
Artigos.....	16
Projetos de Guimarães durante o ano de 2019.....	93

APRESENTAÇÃO

O ano de 2019 foi marcado pelo nosso desafio de resistir ao projeto de extrema-direita e neoliberal instalado no país. O atual governo executa uma proposta que busca a demolição do Estado Democrático de Direito. A política de morte e exclusão de garantias constitucionais em curso é marcada pela ampliação da extrema pobreza, da fome, do desemprego e do endividamento do nosso povo.

O nosso mandato parlamentar e a bancada do PT estiveram juntos ao povo brasileiro para enfrentar a falência do nosso país. Atualmente, o governo desenvolve uma política externa sem credibilidade e isolada. Nossa economia, sem a confiança de investidores e consumidores que não veem rumo e expectativa de melhoria, está retraída. As soluções apresentadas, até o momento, são todas voltadas para a retirada de direitos e cortes nos investimentos públicos.

Nesse cenário de desmonte do país, assumimos o desafio de construir uma oposição ativa, sob as insígnias da resistência e da proposição de alternativas. De mãos dadas, enfrentamos esse projeto político que objetiva asfixiar o povo brasileiro. Algo jamais visto desde a nossa redemocratização e o pacto social inaugurado pela nossa atual Constituição Cidadã. Ainda no início do ano, ficou claro para nós, do campo popular e democrático, os obstáculos que tínhamos pela frente.

A agenda neoliberal proposta pelo atual governo possui a marca dos cortes orçamentários e das propostas legislativas que retiram direitos e impõem a redução

da renda do trabalhador. Um dos principais efeitos dessa demolição das políticas e direitos sociais esteve evidenciado na agenda das reformas propostas ao país.

As reformas da Previdência, do Pacto Federativo, Administrativa e Tributária, além da intensificação da retirada de direitos trabalhistas, possuem essa absurda marca. Ressalte-se a famigerada proposta de eliminação dos "mínimos constitucionais", que garantem equilíbrio federativo nos investimentos públicos, com destaque para a seguridade social, a saúde e a educação.

Resistimos ao lado do povo brasileiro a essa agenda de reformas, enfrentando um Congresso Nacional amplamente comprometido com os neoliberais, o capital financeiro e as corporações transnacionais. Uma tarefa complexa, mas, como sempre, realizamos o bom combate. No caso da recém-promulgada Reforma da Previdência, demarcamos nosso posicionamento de apoio a questões sensíveis para o povo, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e as aposentadorias rurais. Não descansamos, também, até abolir o projeto da Capitalização.

Nossa luta também foi evidenciada no combate ao desmonte da educação brasileira. Lutamos contra o congelamento de bolsas anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) e a carência de recursos da educação básica. Sem verbas, programas de construção de escolas e de alfabetização permanecem no limbo da incerteza.

Nossa resistência, na Câmara, também tomou forma por meio do apoio às greves pela Educação e em Projetos

de Lei como o PL 4998/2019, que pretende obrigar o presidente a dar posse ao primeiro das listas tríplices enviadas pela comunidade acadêmica ao MEC.

Outro campo de atuação do nosso mandato popular foi a tentativa de contraposição à onda de desemprego e pobreza que assola o país. Nossa bancada apresentou o Plano Emergencial de Emprego e Renda, capaz de criar até 10 milhões de empregos alinhados ao desenvolvimento estrutural e econômico do País.

Nossa proposta prevê, em um semestre, mais de 3 milhões de trabalhadores empregados em funções de zeladoria e recuperação urbana; empregos a curto prazo em mais de 7.400 obras paradas; ocupação na construção civil a partir da retomada do "Minha Casa, Minha Vida"; aumento real do salário mínimo e ampliação das famílias atendidas pelo "Bolsa Família".

São propostas que contam com a participação ativa da população e usam nossas riquezas como matéria-prima para destravar a economia e acelerar o processo de retomada do crescimento.

De maneira parecida, também estivemos nas principais discussões relacionadas à Reforma Tributária. A bancada petista e demais partidos de esquerda elaboraram a "Proposta de Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável".

Dentre as medidas pensadas em conjunto com especialistas, propomos a taxação de grandes fortunas,

em contraposição à “taxação das grandes pobrezas” proposta pelo governo; cobrança de imposto sobre grandes heranças; taxação de bens de luxo como iates, helicópteros e lanchas; e a criação de novas faixas no Imposto de Renda para quem ganha acima da média.

Mais uma vez, temos a certeza de que trilhamos um caminho de defesa da soberania nacional por meio da valorização da nossa maior riqueza: o povo. Nas próximas páginas, vocês poderão conferir frutos desse trabalho em forma de artigos e proposições legislativas.

Boa leitura!

José Guimarães
Deputado Federal (PT/CE)

Plano Emergencial de Emprego e Renda

Em agosto de 2019, o PT apresentou à sociedade o Plano Emergencial de Emprego e Renda. São nove diretrizes capazes de gerar 7 milhões de vagas de trabalho a curto e médio prazo. Confira:

1 - Programa Empregos Já

3 milhões de brasileiros serão contratados para trabalhos temporários de zeladoria e recuperação urbana: limpeza, poda de árvores, manutenção de ruas e calçadas.

2 - Retomada de obras paradas

No Brasil, existem, ao menos, 7.400 obras paradas. A ideia é retomar essa obras, evitando aumento de custos, gerando empregos a curto prazo e a infraestrutura que o país precisa para voltar a crescer.

3 - Reativação do Minha Casa, Minha Vida

Hoje, o governo reduziu o MCMV em 75%. Com o plano, vamos voltar a construir a média de 500 mil unidades/ano, gerando milhares de empregos e moradias para quem mais precisa.

4 - Aumento real do salário mínimo

Retomada do aumento do salário mínimo anualmente, acima da inflação, para beneficiar diretamente mais de 48 milhões de brasileiros.

5 - Expansão do Bolsa Família

A crise aumentou a extrema pobreza. O cenário exige atenção especial às famílias atendidas pelo programa, a fim de reduzir a pobreza e pôr dinheiro na mão do povo brasileiro.

6 - Renegociação de dívidas

Com a ajuda de um banco público, brasileiras e brasileiros poderão renegociar suas dívidas a juros baixos. Com nome limpo na praça, a população terá facilidade de acesso ao crédito para investimentos pessoais e familiares.

7 - Nosso petróleo utilizado para estimular a indústria brasileira

Se o petróleo do pré-sal for usado em favor do seu verdadeiro dono (o povo brasileiro), o preço dos combustíveis pode ser mais barato e estável. A exploração, o refino e a comercialização vão estimular a indústria brasileira, gerando mais emprego e renda.

8 - Destravamento do BNDES

O banco voltará a investir na indústria local, aumentando a produção, gerando ainda mais empregos e fazendo a economia gerar de novo.

9 - Correção da tabela do Imposto de Renda

A tabela do IR volta a ser corrigida pela inflação — o que não ocorre desde 2015 — beneficiando milhões de famílias, que vão reverter esse ganho em consumo e movimentar a nossa economia.

Proposta de Reforma Tributária Justa, Solidária e Sustentável

Na esteira de proposições que buscam valorizar a soberania do povo brasileiro, a Oposição também apresentou, em outubro, uma proposta de Reforma Tributária condizente com a realidade nacional: não aumenta a carga tributária, mas cobra taxas maiores de quem possui mais renda. Confira alguns dos pontos principais:

***Tributação Justa e Solidária**

I) Cobrança de imposto de renda na distribuição de lucros e dividendos à pessoa física e vedação da dedução de despesas com juros sobre capital próprio na apuração do lucro;

II) Instituição do imposto sobre grandes fortunas;

III) Ampliação da base de incidência do IPVA para aeronaves e embarcações;

IV) Instituição de imposto sobre grandes heranças nos moldes do modelo Americano;

V) Alterações no Imposto Territorial Rural garantindo progressividade em relação ao tamanho e regressividade em relação ao nível de utilização;

VI) Incluir como princípio constitucional a não regressividade da tributação;

VII) Desoneração enquanto necessário da cesta básica, medicamentos de uso essencial, saneamento, transporte público urbano e educação, até que tenhamos as condições objetivas para a devolução do imposto para famílias de baixa renda.

***Preservação da Seguridade Social**

I) Garantia das vinculações das contribuições para o financiamento da seguridade;

II) Constitucionalização do princípio de reajuste do salário mínimo acima da inflação até que atinja os preceitos constitucionais de sua finalidade;

III) Prevê a possibilidade de redução dos encargos sobre a folha.

***Simplificação e Eficiência Tributária**

I) Unificação do ICMS e ISS em um Imposto de Valor Agregado, com alíquota única, arrecadação no destino com legislação nacional;

II) Unificação do PIS, Pasep e Cofins numa contribuição social de valor agregado;

III) Tributa a transferência de recursos ao exterior, com alíquota dobrada no caso de remessa para paraísos fiscais.

***Imposto sobre consumo**

Imposto sobre o Valor Agregado (ICMS + ISS)
- Será uniforme em todo o território nacional (lei complementar geral federal)
- Competência estadual com repartição de receita para os municípios;
- Não cumulativo - crédito na cadeia de produção;
- Tributação no destino;
- Incidirá nas importações;
- Não incidirá nas exportações de produtos industrializados e semielaborados.

Contribuição Social sobre o Valor Agregado (PIS/Pasep/ Confins)

- Competência da União;
- Mesma base de cálculo do IVA (Imposto sobre o valor agregado);
- Receita para a seguridade social.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Saúde

CIDE - Saúde – criada por lei complementar, incidirá sobre atividades de importação ou comercialização de sucedâneos manufaturados do tabaco, bebidas alcoólicas e outras definidas em lei.

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Ambiental

CIDE - Ambiental
- Competência da União;
- Incidirá sobre as atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, álcool combustível, atividades mineradoras de alto impacto e atividades fortemente poluidoras ou ambientalmente degradantes;
- Destinação: 35% para estados e DF e 35% para os municípios.

***Imposto sobre Patrimônio e Renda**

Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)

Será progressivo em relação à área total do imóvel e regressivo quanto ao grau de utilização, e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades que não cumpram a função social.

Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA)
- Ampliação da base de incidência para veículos automotores aquáticos e aéreos;
- Competência estadual;
- Destinação 100% da arrecadação do IPVA licenciados no município.

***Imposto sobre o Patrimônio**

Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)
- Regras transitórias até que a Lei complementar disponha sobre a matéria:

A) Alíquota 0,5%

B) Base de cálculo: valor conhecido do patrimônio

líquido das pessoas físicas, que ultrapassar o limite de 8.000 (oito mil) vezes o limite mensal de isenção para pessoa física do imposto de renda.

OBS: A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento cinquenta por cento da arrecadação do IGF.

Imposto sobre Grandes Heranças (IGH) – NOVO

- Lei complementar instituirá o imposto, devendo observar:

A) Alíquota máxima de quarenta por cento;

B) Incidirá sobre o valor do patrimônio transmitido que exceder a oito mil vezes o valor da faixa de isenção do imposto de renda da pessoa física;

C) Permitirá a dedução da base de cálculo as doações a título gratuito para instituições de educação, saúde, ciência e tecnologia sem fins lucrativos.

***Imposto sobre a Renda**

- Ampliação da base de incidência, atingindo os valores recebidos a título de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas salvo em relação às na hipótese de pessoas jurídicas consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, na forma da lei.

- Até a alteração da regulamentação do IR, este imposto incidirá:

A) Sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas para pessoas físicas e não admitirá a dedução de despesas financeiras a título de juros sobre capital próprio;

B) Na apuração da base de cálculo, deverá ser adicionado ao lucro líquido o valor de pró-labore pago a sócio, acionista ou administrador da pessoa jurídica, que exceder

a 20 vezes o menor salário pago aos empregados.

C) As remessas de lucros ao exterior estão sujeitas à retenção exclusiva na fonte do imposto de renda à alíquota de 20% (vinte por cento), com incidência em dobro no caso de país que não tribute a renda ou tenha tributação favorecida.

D) 180 dias para enviar projeto com a nova tabela progressiva do IRPF.

Artigos

Foto: Tiago Moura

Publicado no Jornal O Povo em 30/10/2019

A favor da autonomia Universitária

As bases de sustentação da autonomia universitária nunca estiveram tão fragilizadas como agora. Em um dos períodos mais tristes da história das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), é chocante constatar que a escolha da comunidade acadêmica é desmerecida diante de interesses particulares do presidente da República.

Há décadas, a nomeação de reitores respeita a escolha da comunidade universitária, ou seja, o primeiro da lista tríplice. O acordo tácito entre Governo Federal e universidades, ao ser descumprido, prejudica a estabilidade dessas instituições.

Nomear candidatos a reitores que não são os primeiros das listas tríplices é o mesmo que ir contra os anseios de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Isso é grave, pois são eles, habitantes do universo acadêmico, os que mais conhecem a realidade das instituições de ensino. Suas escolhas deveriam, portanto, ser devidamente respeitadas.

Em cinco universidades federais, os nomeados a reitor não eram os primeiros das listas enviadas ao Ministério da Educação (MEC). Já entre os institutos federais, o descaso chegou ao cúmulo de ocorrer a nomeação de alguém que estava fora da disputa, fato ocorrido no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, o Cefet, no Rio de Janeiro.

Tais medidas patenteiam o governo Bolsonaro como uma administração marcada pela contradição. O atual presidente, que tanto criticou um falso aparelhamento das universidades durante a campanha eleitoral, coloca em prática o que vem a ser o verdadeiro aparelhamento

Foto: Jr. Panela

dessas instituições, que passam a ser administradas por gestores com o mesmo perfil ideológico do presidente.

Com o objetivo de evitar abalos do tipo na autonomia universitária, apresentei, no início de setembro, o Projeto de Lei 4998/2019, que muda as regras do jogo. Pelo projeto, o vencedor da votação realizada junto à comunidade acadêmica deve ser nomeado reitor e, o segundo mais bem votado, torna-se vice-reitor.

O projeto já possui o total de assinaturas necessárias para ser votado em regime de urgência. Só assim conseguiremos acabar com a tirania imposta pelo governo Bolsonaro na escolha dos dirigentes de universidades e institutos federais. A democracia é uma bandeira cuja luta deve tomar forma em diferentes esferas, inclusive no ambiente universitário.

José Guimarães, deputado Federal PT/CE, vice-líder da Minoria, membro da comissão de educação, CCJ e Secretário de Assuntos Institucionais do PT.

Foto: Gabriel Paiva

Publicado no Jornal GGN em 24/10/2019

Um governo manchado pelo óleo

Foto: Gabriel Paiva

Dentre as várias imagens que protagonizaram as notícias desta semana, uma, em especial, será difícil de esquecer. Centenas de nordestinos, em um árduo trabalho de cooperação, tomaram para si a tarefa de limpar as praias atingidas pelo derramamento de óleo de origem ainda desconhecida. A mancha, desde setembro, já atingiu 225 localidades em mais de 80 municípios da nossa costa. Já são mais de 1.000 toneladas recolhidas. Onde impera a leniência do Estado, a população, soberana, mostrou ao mundo que, enquanto o governo falha, resiste o desejo de mais atenção à causa ambiental.

O povo que menos contribuiu com a eleição de Bolsonaro foi o mesmo que, indignado, limpou as praias atingidas com as próprias mãos sob o risco de intoxicação com o material poluente. Refiro-me a mulheres e homens aguerridos, cansados de esperar por respostas de um governo ineficiente. São brasileiras e brasileiros que não pouparam esforços para salvar animais marinhos e retirar as manchas que ofuscaram a beleza das faixas de areia do Nordeste.

O maior desastre ambiental do litoral brasileiro já registrado ganhou uma proporção gigantesca, também,

pela incapacidade do governo Bolsonaro de priorizar a pauta ambiental. Em abril, decreto presidencial extinguiu dois comitês do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Água (PNC), instituído na gestão Dilma Rousseff. Em uma canetada, Bolsonaro pôs fim à política que poderia minimizar o impacto de desastres como o que assistimos.

Até agora, nove Estados brasileiros já foram atingidos pelo petróleo cru. Trata-se de um desastre que, segundo especialistas, pode causar danos irreparáveis em ecossistemas como manguezais. Enquanto o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, não age em consonância com o cargo que ocupa, a vida marinha agoniza. Peixes-boi, tartarugas marinhas e aves sofrem com os efeitos da ausência de uma política de priorização e cuidados com os nossos ecossistemas.

Para além do impacto na biodiversidade, a falta de atenção à agenda ambiental também tem reflexos na economia nacional. Desde que a mancha de óleo se espalhou, pequenas, médias e grandes empresas hoteleiras e gastronômicas vêm amargando prejuízos. Praias paradisíacas e de forte apelo turístico como Jericoacoara (CE), Carneiros (PE) e Pipa (RN) registraram resíduos que afastam o interesse de turistas e outros admiradores das nossas riquezas naturais.

Tamanho descaso motiva ações como a do deputado federal João Campos (PSB-PE), que protocolou pedido de CPI para investigar o caso ontem (23). A atitude do parlamentar soma-se a esforços do Ministério Público Federal (MPF), que exigiu o retorno do PNC na última sexta-feira (18). Não apenas os responsáveis pelo desastre devem ser punidos, como também o Governo Federal deve responder pela complacência aos danos causados.

José Guimarães é deputado federal (PT/CE)

Foto: Tiago Moura

Publicado na Revista Fórum em 15/10/19

Professores, vocês merecem mais

No dia em que se comemora o dia das professoras e dos professores, urge avaliar os caminhos da educação brasileira em meio a tantos descompassos promovidos pelo Governo Federal na área da educação. Aproximamo-nos do final do primeiro ano de Bolsonaro como presidente e, até o momento, não vimos um grande projeto de incentivo aos profissionais responsáveis pela instrução de milhões de brasileiros.

Ao contrário. A área da educação sofreu mais um duro golpe, na última semana, após o veto de Bolsonaro ao projeto de lei que exigia a presença de psicólogos e assistentes sociais em escolas públicas. A saúde mental, tão fundamental para o aprendizado eficaz, não é uma prioridade para o governo que perde tempo em questões desnecessárias, como a tentativa de mordaça que desejam impor com o Escola sem Partido.

A escola, assim como outros espaços de convivência pública, deve ter a liberdade como um dos seus alicerces. Dentro das salas de aula, não pode ser diferente. Professores têm o direito de falar abertamente sobre o que pensam. O conhecimento é construído com base no diálogo, em debates que estimulam a reflexão até mesmo quando há divergência de posicionamentos.

A falta de respeito com a educação tem um lado. Já no governo ilegítimo de Michel Temer, a PEC do Teto, que congelou investimentos na área por 20 anos, desprestigia um dos pilares da soberania nacional. Essa PEC, inclusive, obteve apoio do atual presidente na época em que atuava como deputado federal. Ademais, Bolsonaro assinou o plano de Paulo Guedes que aumentava o tempo de trabalho dos professores no vergonhoso projeto de Reforma da Previdência apresentado no início do ano.

A desvalorização alcança o ensino superior, com uma sequência devastadora de congelamentos destinados às bolsas de pesquisa da Capes e do CNPq, prejudicando professores e estudantes que buscam, em laboratórios, encontrar soluções para problemas em áreas básicas, como saúde e infraestrutura.

O descaso chega ao ponto de Bolsonaro sugerir ensino a distância em escolas rurais, desprestigiando a figura do professor em regiões de vulnerabilidade socioeconômica. Weintraub, ao exigir a contratação de professores universitários via CLT, descredibiliza o exercício profissional que é a base para todos os ofícios.

Tais medidas se opõem a uma sequência de investimentos que tomaram forma com as gestões petistas. Lula foi o responsável pela criação do piso salarial para professores. Em oito anos, inaugurou 420 escolas técnicas e 18 universidades federais. Ao todo, foram 173 campi universitários que causaram uma revolução no acesso ao ensino superior. Haddad, enquanto ministro da Educação, instituiu o Fundeb, responsável por um novo padrão de financiamento público que facilitou, entre outras ações, o pagamento justo para professores.

O dinheiro destinado à educação não é gasto. É investimento. Precisamos unir forças para garantir que a onda conservadora que assola as instituições do país não tenha ânimo para minar a estrutura educacional deixada pelas gestões petistas. Aos professores, deixo minha mensagem de apoio e de encorajamento. Juntos, vamos enfrentar os ataques à educação de mãos dadas.

José Guimarães é advogado e deputado federal (PT/CE).

Foto: Divulgação

Publicado no portal Brasil 247 em 08/10/2019

Por que Bolsonaro tem medo do Sínodo da Amazônia?

O último domingo marcou o início do Sínodo da Amazônia, evento do Vaticano que reúne bispos e religiosos para traçar estratégias e recomendações aos povos que lá vivem. Para além das diretrizes religiosas que resultarão do encontro, a 16ª edição da reunião é marcada pela simbologia do atual massacre sofrido pela maior floresta tropical do mundo.

Já na abertura do evento, ficou clara a relevância da pauta ambiental nesta edição do Sínodo. O Papa Francisco foi enfático ao declarar que "as ideologias são uma arma perigosa". O pontífice, que chegou a escrever uma carta para o presidente Lula em maio, mais uma vez se posiciona ao lado da verdade.

Imbuído de sensatez, o Papa pregou que a Amazônia precisa, na verdade, do "fogo do amor de Deus", que "aquece e dá vida". Ao prestar solidariedade aos povos amazônicos, ele destacou a importância dos indígenas na sociedade e repudiou a utilização dessas populações como massa de manobra, estratégia utilizada por Bolsonaro em diferentes circunstâncias, como no discurso de abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU).

Desde que subiu ao poder por meio de um processo eleitoral diretamente influenciado pelo bombardeio de fake news, Jair Bolsonaro tem colocado em prática uma política de desenvestimento ambiental que põe em xeque o compromisso nacional de preservação da sustentabilidade e de respeito aos ditames do Acordo de Paris.

As queimadas na Amazônia, que estamparam notícias mundo afora, refletem como as críticas e os posicionamentos desajustados do presidente só contribuem com o enfraquecimento da política ambiental até então construída. A tentativa de pôr um fim nas reservas legais e a diminuição das multas aplicadas pelo

Foto: Divulgação

Ibama para barrar o desmatamento ilegal complementam o cenário desastroso da atual agenda ambiental brasileira.

A iniciativa de discutir a Amazônia é de suma importância para o fortalecimento da nossa soberania. Ademais, refletir sobre esse território é um meio de fortalecer a luta de comunidades originárias pela perpetuação de riquezas naturais indispensáveis para o Brasil e todo o planeta. Apoio o Sínodo não apenas pela relevância do encontro para a Igreja Católica, mas também por acreditar na força dessas iniciativas para a construção de uma agenda verdadeiramente sustentável.

José Guimarães, deputado Federal PT/CE, vice-líder da Minoria, membro da comissão de educação, CCJ e Secretário de Assuntos Institucionais do PT.

Foto: Divulgação

Públicado no Portal Brasil 247 e na Revista Fórum em 25/09/2019

Bolsonaro envergonha o Brasil na ONU

Um discurso vazio, oco e movido pelo ódio destruiu um dos momentos mais importantes da projeção internacional que o Brasil tradicionalmente possui na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O posto de destaque ocupado pelo nosso país, responsável pelo discurso de abertura do encontro, foi fortemente maculado na manhã de hoje após a fala do presidente Jair Bolsonaro.

Em pouco mais de 30 minutos, Bolsonaro perdeu a chance de apaziguar ânimos e conter conflitos diplomáticos que se sucedem nesses nove meses de governo. Era a chance que tínhamos para apresentar ao mundo o interesse em parcerias com líderes internacionais. Mas o ódio, mais uma vez, falou mais alto. A crise econômica sentida por milhões de brasileiros país afora perdeu espaço para ataques sem nexo.

Bolsonaro não falou para o mundo, muito menos para as autoridades ali presentes. Bolsonaro falou para o próprio eleitorado. Uma legião de indivíduos que, cegamente, recusam-se a enxergar que ataques rasos não constroem mandatos e não valorizam a dignidade de milhões de brasileiras e brasileiros que merecem emprego digno, saúde de qualidade e educação eficaz. Perdeu-se em críticas a uma guerra imaginária ao "socialismo" e em ataques desnecessários a países como Venezuela e Cuba. Faltou coragem para encarar a França de frente, mas coragem não é, definitivamente, atributo de quem falta com a verdade.

Seus eleitores podem até achar que tiveram seus interesses ali preservados, mas a grande verdade é que o Brasil não sai vitorioso após uma fala que não reconhece

Foto: Divulgação

os problemas vividos por um país que enfrenta a crise econômica. A população não vê investimentos em áreas como saúde, educação e proteção ambiental. O discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU era a ocasião perfeita para "limpar a barra" do país em uma das questões mais relevantes para a validação do acordo entre União Europeia e Mercosul.

Mas não. Ao invés de anunciar investimentos em proteção florestal e reconhecer que o País falha ao recusar ajuda externa para proteger o meio ambiente, Bolsonaro impressiona negativamente o mundo com picuinhas que só colaboram com o isolamento diplomático que enfraquece as relações do Brasil com o mundo. A ausência de evidências e as palavras pautadas em achismos nos envergonha mundialmente.

A polarização como efeito de um discurso que ataca indígenas, idolatra a supremacia norte-americana e minimiza a contribuição positiva de centenas de cubanos que participaram do Mais Médicos só escurece a mancha

que o Brasil carrega desde que a ultradireita subiu ao poder. Bolsonaro é o presidente das contradições. Estufa o peito para dizer que protege indígenas, mas defende um governo com políticas que desmerecem as minorias. Ofende o programa que levou qualidade de vida à população que não tinha atenção médica, mas nada fez pela saúde pública no Brasil até agora.

Ver exagero na cobertura midiática sobre os incêndios na Amazônia e minimizar constatações de que a floresta é o "pulmão do mundo" não nos ajuda em nada. Só fortalece, entre os líderes mundiais, a certeza de que o Brasil enfrenta um dos períodos mais sombrios de sua história. Não há troféu quando o tom beligerante camufla o congelamento de bolsas que favoreceriam o desenvolvimento científico e tecnológico do País. Não há triunfo quando cerca de 13 milhões de desempregados poderiam usufruir de parcerias que poderiam nascer a partir de um discurso pacífico.

A verdade é que o discurso assistido por milhões de pessoas, hoje pela manhã, fechou portas. O dólar voltou a subir, o índice iBovespa caiu e a ausência de segurança para investidores internacionais voltou a despencar. Quando se mergulha em polêmicas desnecessárias, cria-se uma espaço para um acerto de contas irreal que desmerece as necessidades efetivas do nosso povo. Bolsonaro não manteve a boa imagem de país conciliador construída a duras penas ao longo de governos democráticos.

José Guimarães - Deputado Federal PT/CE
Vice - Líder da Minoria, membro da comissão de educação, CCJ e Secretário de Assuntos Institucionais do PT

Fotos: Lula Marques - Câmara dos Deputados

Público no Portal Brasil 247 em 26/08/2019

Bolsonaro, o cavaleiro do apocalipse ambiental

Fotos: Luis Macedo - Câmara dos Deputados

Com o presidente de extrema direita Jair Bolsonaro o Brasil se transformou em pária ambiental do mundo. A Amazônia está em chamas, o desmatamento ampliou-se de forma assustadora. Em oito meses de desgoverno Bolsonaro, uma área do tamanho de 500 mil campos de futebol foi destruída na Amazônia, cerca de meio bilhão de árvores dizimadas para sempre. Além do desmatamento, o número de queimadas na Amazônia aumentou 82% neste ano, se comparado ao mesmo período de 2018, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Por trás deste apocalipse ambiental estão um presidente e um ministro do Meio Ambiente (Ricardo Salles) que demonstram autoritarismo, fanatismo ideológico e estupidez em relação a um tema crucial para as atuais e futuras gerações. Essa visão obtusa de ambos deu sinal verde a depredadores do meio ambiente na Amazônia para a destruição de um patrimônio ambiental e genético acumulado ao longo de milhões de anos.

Povos tradicionais

Trata-se de um crime contra o Brasil e o mundo. Bolsonaro e Salles, ao estimularem a transformação da floresta em fumaça, prejudicam as populações tradicionais da Amazônia - os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas — e todo o povo brasileiro, já que o regime de chuvas em todo o território nacional depende da preservação da Amazônia. O prejuízo é também para o planeta, já que a floresta tem papel central para o meio ambiente global. A estupidez é tão grande que a atuação de Bolsonaro e Salles ainda ataca a economia nacional, pois uma sucessão de boicotes a produtos brasileiros, em especial os do agronegócio, virá do exterior em protesto contra os ataques criminosos à floresta.

Harmonia com a natureza

A situação é gravíssima. Desde que Bolsonaro assumiu o cargo de presidente, há um sem números de ataques a áreas protegidas e terras indígenas. Todos os atos de Bolsonaro até agora foram praticamente uma sentença de morte da Amazônia. O capitão –presidente, com sua visão tosca e economicista, refém de ruralistas, entende que a Amazônia é dos criminosos e estimula práticas abomináveis em pleno século 21. Engana-se se ele, pois a Amazônia é de todos os brasileiros, independentemente de quem votou nele ou não. A Amazônia tem populações tradicionais que há séculos lá estão em convivência harmônica com a natureza.

Diante da gravidade dos fatos, a Bancada do PT na Câmara protocolou no dia 23/8, na Procuradoria-Geral da República, representação em que requer instauração de

inquérito para apurar o papel de Bolsonaro e de Ricardo Salles no vertiginoso aumento do desmatamento e do número de incêndios na Amazônia.

Dia do Fogo

A ação cobra especificamente a apuração do papel de ambos no incentivo a atos criminosos de queimadas programadas, anunciadas por fazendeiros da Amazônia no "Dia do Fogo", realizado dia 10 último na região. Um verdadeiro absurdo: no dia 5 de agosto fazendeiros do entorno da BR-163, no sudoeste do Pará, anunciaram o chamado Dia do Fogo – realizado no dia 10 de agosto, por se sentirem "amparados pelas palavras" de Bolsonaro de ataque ao meio ambiente e à maior floresta tropical do planeta. Mais do que a ideia, o dia do fogo acabou se confirmando.

O fato é que Bolsonaro tem papel central no que está acontecendo na Amazônia, já que suas recentes declarações e posições têm estimulado e legitimado ações como a do "Dia do Fogo", colocando em risco os interesses de toda a sociedade e afastando os próprios fins e princípios da Administração Pública.

Ele desmontou a estrutura de fiscalização do Ibama e outros órgãos e, graças a sua visão tacanha sobre meio ambiente, Alemanha e Noruega suspenderam os repasses para o Fundo Amazônia, criado para financiar, com doações, ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover ações de desenvolvimento sustentável na região.

Os brasileiros precisam lembrar que nossa Constituição

Fotos: Pablo Valadares - Câmara dos Deputados

Federal tem um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente. O artigo 225 estabelece que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e cabe ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A lei 9.605/1998 estabelece sanções penais e administrativas a quem pratica ações como incêndio de matas e florestas. Ações coordenadas, denominadas de "dia do fogo", merecem ser devidamente apuradas e seus responsáveis punidos, assim como o presidente e o ministro que as incentivaram. São condutas violadoras e criminosas que colocam em risco toda a população e o meio ambiente.

Em 2014, o Brasil era reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um exemplo que o mundo deveria seguir no combate ao desmatamento. A entidade atribuía o resultado ao sucesso das políticas de preservação das florestas na primeira década dos anos 2000, com o

governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Lamentavelmente, depois de avançarmos durante décadas com uma política ambiental moderna, em defesa do desenvolvimento sustentável, o Brasil vê hoje um abissal retrocesso com Bolsonaro. O capitão presidente age como um cavaleiro do apocalipse ambiental. Transformou o Brasil num pária mundial.

José Guimarães é advogado, deputado federal PT/CE e Secretário de assuntos institucionais do PT.

Foto: Guliano Lennon

Publicado no Portal Brasil 247, em 30/05/2019

Ao atacar o parlamento, Bolsonaro atinge a democracia

Como já vem se tornando praxe, o presidente Jair Bolsonaro fez mais uma de suas declarações catastróficas: afirmou que o problema do Brasil era a "classe política", uma grave indireta ao trabalho do parlamento brasileiro. Vale lembrar que dias antes, o próprio já havia compartilhado em uma rede social um texto segundo o qual o Brasil é "ingovernável" sem os "conchavos" políticos.

E o que é mais grave: disse que conta "com a sociedade" para "juntos revertermos essa situação". Bolsonaro apela para o povo diante de sua incapacidade política de debater com o Congresso Nacional. Casa Legislativa onde ele construiu a sua trajetória política e para quem ele vira as costas quando o assunto é dialogar. Não se trata de conchavo, mas de construir com o Congresso uma pauta mínima que coloque o Brasil em uma rota de crescimento, combatendo e desemprego e gerando renda para os brasileiros.

Afinal, estamos em uma República, constituída por três poderes independentes, mas que se respeitam. Não é a vontade do Executivo que deve prevalecer. Afinal, os deputados e senadores que ocupam as cadeiras no parlamento também são legítimos representantes do povo que juraram, perante a Constituição Federal, que o presidente parece desconhecer, defender os interesses da população, principalmente dos menos favorecidos, como é o caso dos parlamentares de esquerda.

É preciso lembrar que o buraco em que estamos atolados começou a ser cavado logo após as eleições de 2014, com

Foto: Divulgação

a eleição de Dilma Rousseff. Mesmo sabotada por Aécio Neves em dupla com Eduardo Cunha, que insistiram em criar pautas-bomba no Congresso e torpedearam todas as iniciativas do Executivo, que poderiam dar um novo rumo à economia, superando problemas que se apresentavam, jamais vimos a presidenta atacar o Congresso nem chamar o povo para ir às ruas para atacá-lo. Pelo contrário, Dilma enfrentou todo o massacre político e midiático de cabeça erguida sem jamais atacar a democracia.

O Brasil já percebeu que o governo Bolsonaro é uma catástrofe econômica. Incapaz de dar respostas ao desemprego, frear a queda do PIB, o presidente ataca as instituições do país, faz uso da antipolítica para tentar sair ileso. Ataca a "classe política" como se ele não fizesse parte dela. Tanto fez que constituiu um clã, inclusive, dentro de sua própria casa.

O Congresso Nacional tem seus trâmites e ritos, assim

como o Supremo Tribunal Federal e todas as instituições da administração pública direta e indireta. Diferentemente da administração privada, que pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que está expresso na lei. O problema é que Bolsonaro não sabe ser presidente em uma democracia. Tanto que ataca as instituições e conclama o povo para se voltar contra as mesmas como o faz com o Congresso Nacional e a Justiça.

O presidente tem que parar de reclamar em entrevistas e atacar as instituições nas redes sociais e começar a trabalhar. O Brasil não vai crescer com Bolsonaro criando o caos institucional, jogando um poder contra o outro. É preciso agir, tomar medidas que gerem emprego e renda, assim como fizeram Lula e Dilma com o Minha Casa Minha Vida, por exemplo, que gerou mais de cinco milhões de empregos e injetou recursos na roda da economia.

O Brasil também não irá crescer se o presidente insiste em retirar direitos dos pobres e trabalhadores. Um exemplo foi o decreto que acabou com a política de valorização do salário mínimo. A Reforma da Previdência, além de penalizar os mais pobres, irá quebrar vários municípios, pois vai retirar os benefícios previdenciários das cidades que têm sua receita na base da aposentadoria dos idosos.

A Reforma Trabalhista, aprovada com voto favorável do Bolsonaro, deixou milhões de trabalhadores na informalidade, sem poder contribuir para o sistema de seguridade social. A PEC do teto irá sucatear o serviço público de saúde e retirar mais recursos da educação.

O Brasil vive um caos econômico, mas o culpado, neste momento, não é o Congresso Nacional, mas sim a incapacidade, o despreparo e a falta de trabalho do presidente Bolsonaro. A relação com o Congresso não deve ser construída com base em ataques, mas com diálogo e respeito. Assim se vive e consolida-se em uma democracia.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Publicado no Jornal O Povo em 23/05/2019

O conhecimento destrói mitos

Foto: Divulgação

O dia 15 de maio foi histórico. Uma grande onda de cidadãos e cidadãs indignadas com a possibilidade de paralisação total do ensino superior no País, caso o governo federal não reverta os cortes promovidos nas universidades e institutos federais. Foi o tsunami da educação.

Em todo o País, cerca de 1 milhão de pessoas foram às ruas para dizer não ao retrocesso. Somente em Fortaleza, foram 100 mil estudantes, professores e trabalhadores nas ruas para dizer que nossa juventude não abre mão de seu futuro. E não adianta o governo insistir em dizer que não se trata de corte, mas de contingenciamento. De qualquer maneira, os gestores não poderão ter acesso aos recursos necessários para cumprir os contratos firmados anteriormente.

A ampla rejeição à agenda de retrocessos que Jair Bolsonaro quer impor ao País ficou clara nas gigantescas e pacíficas manifestações do dia 15 de maio. Foi uma resposta contundente de toda comunidade acadêmica a um governo que ataca os direitos do povo, abre mão da soberania nacional e demonstra completa repulsa à inteligência, à educação e à cultura. Incapaz de promover uma agenda positiva para o País, Bolsonaro escolheu as universidades federais como inimiga pública número 1.

Como os laboratórios funcionarão sem energia? Como a pesquisa das universidades serão desenvolvidas se não haverá a estrutura mínima para o funcionamento? Os cursos noturnos terão condições de funcionar sem luz, sem segurança?

Foto: Luis Macedo-Câmara dos Deputados

O ministro da Educação foi à Câmara dos Deputados, mas não respondeu a nenhuma dessas perguntas. Enquanto o presidente Jair Bolsonaro, diretamente dos EUA, preferiu chamar de “idiotas” e “imbecis” os milhares de estudantes e professores que foram às ruas em todo Brasil.

Vamos ampliar a nossa resistência na Câmara dos Deputados enquanto o governo não voltar atrás nesse sequestro dos recursos do ensino superior. Vamos promover obstruções, convocar audiências públicas, e mais uma vez ocupar as ruas no dia 30 de maio para mostrar ao governo Bolsonaro que o conhecimento é capaz de destruir mitos.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Foto: Divulgação

Publicado no Portal Brasil 247 em 22/05/2019

Ajuste fiscal de Bolsonaro destrói as políticas públicas

O governo Bolsonaro insiste em tentar agradar o mercado financeiro em detrimento do povo brasileiro. A mais nova prova disso foi que o governo federal bloqueou R$ 29,792 bilhões de um total de R$ 124 bilhões (25%) das despesas discricionárias do orçamento de 2019.

Sem poder cortar as despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias e com a reforma da previdência tramitando lentamente, a guilhotina do governo optou por avançar sobre diversas políticas públicas. A estratégia é cruel: sequestrar os investimentos públicos e só liberar quando (ou se) a "nova previdência" for aprovada pelo Congresso.

O governo congelou 100% dos recursos de 140 projetos espalhados por 11 ministérios. Além desses, outros 300 projetos tiveram mais de 40% das verbas congeladas até agora.

Para se ter uma ideia do tamanho da crueldade, o Ministério da Agricultura perdeu 100% da verba calculada para assistência técnica para agricultura familiar (R$ 8 milhões) e para a reforma agrária (R$ 19,7 milhões). Enquanto o pequeno agricultor poderá ter dias ruins, o agronegócio poderá ter uma dívida bilionária perdoada por Bolsonaro. Acham pouco? Mesmo com o aumento do número de pessoas à procura de trabalho, o governo contingenciou R$ 59,2 milhões em ações para estimular o emprego. O maior corte foi no orçamento destinado ao sistema de integração das ações de emprego, trabalho e renda, que perdeu R$ 44,8 milhões.

Foto: Divulgação

O projeto de modernização e ampliação da rede de atendimento do programa do seguro-desemprego, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE), perdeu R$ 9,6 milhões. Sem emprego e sem assistência, é esta a sina do trabalhador brasileiro no governo Bolsonaro. Enquanto isso, nos Estados Unidos, onde foi receber um prêmio que ninguém queria entregar, ele afirmava ter “pena” dos 13 milhões de desempregados e que não poderia “obrigar ninguém a empregar ninguém”.

Realmente, ele não pode obrigar. Mas pode dar as condições necessárias para que o país volte a crescer. Pode investir no trabalhador, perdoar suas dívidas, assim como faz com os empresários, gerar empregos e ver a economia girar. Assim como o Partido dos Trabalhadores fez enquanto esteve à frente do governo. Gerou emprego, renda, sem retirar direito algum.

Nos últimos dias, o governo tem recebido diversas notícias

ruins em relação à economia. O Boletim Focus indicou mais uma queda na projeção do PIB, fechando o ano em 1,24%. Outro alerta foi dado pelo Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central, que funciona como uma prévia do PIB. Famoso por antecipar tendências da economia, o indicador fechou o primeiro trimestre com queda de 0,68%.

Diante desse quadro, o governo já anunciou que mais cortes virão. Cortar de novo? Quando começarão os investimentos? Quando serão retomadas as obras do Minha Casa, Minha Vida? Nossos irmãos nordestinos continuarão a sofrer com a seca e com a paralisação das obras de transposição do Rio São Francisco? Qual o projeto de desenvolvimento, geração de emprego e renda que Bolsonaro e Guedes apresentaram para os brasileiros até agora?

Presidente, não condicione a retomada do crescimento à aprovação da Reforma da Previdência. O Congresso Nacional tem responsabilidade com o desenvolvimento do país assim como o Executivo. Mas tem um ritmo próprio. Na Câmara dos Deputados, não se resolve tudo com um decreto como o senhor insiste em governar o Brasil. É uma casa de discussões e ajustes e eles serão feitos para que a Previdência possa ser aprimorada e não destruída como o governo federal deseja. E isso pode levar tempo. Quem já esteve por quase três décadas na Câmara sabe bem disso. Mas enquanto isso, o Brasil não pode esperar em berço esplêndido enquanto o fundo do poço se aproxima.

José Guimarães – deputado federal e vice-líder da Minoria

Foto: Tiago Moura

Publicado no Portal Brasil 247 em 06/05/2019

Bolsonaro desconstrói ensino superior no Ceará

Quando foi aos Estados Unidos em março deste ano, Jair Bolsonaro foi muito claro sobre o seu projeto para o país. Ele declarou que era sua missão "desconstruir" e "desfazer muita coisa" no Brasil. O que muita gente não imaginava era que entre as coisas que o presidente pretende destruir está o ensino superior público, gratuito e de qualidade. Os cortes do orçamento das universidades federais do Ceará (UFC, Unilab e UFCA) e do Instituto Federal de Educação (IFCE) somam R$ 108 milhões.

A Universidade Federal do Cariri, por exemplo, sofreu, no último dia 30 de abril, um bloqueio de crédito no orçamento para despesas discricionárias, ou seja, aquelas destinadas a capital e custeio, pelo Ministério da Educação (MEC). O bloqueio – da ordem de R$ 8.863.621,00– foi constatado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). O orçamento que o MEC destinou à UFCA, para despesas discricionárias, totalizou R$ 30.134.292,00. Assim, apenas o bloqueio do último dia 30 corresponde a 29,4%, ou seja: a aproximadamente 30% de cortes no orçamento das universidades federais divulgados na imprensa.

Mas a maldade não começou por aí. Há pouco mais de um mês, já havia ocorrido um primeiro bloqueio de recursos destinados à UFCA, por meio de emendas de bancada. Esse valor corresponde a R$ 9.983.363,00, bloqueados por determinação do Decreto 9.741/19. A Lei Orçamentária Anual de 2019 (Lei 13.808/19), por sua vez, especificamente para despesas discricionárias, designou para a UFCA R$ 40.117.655,00. A soma dos dois valores bloqueados chegou aos R$ 18.846.948,00, ou seja, 47% do

Foto: Divulgação

orçamento previsto na LOA para despesas discricionárias.

Aí fica a pergunta: é possível administrar uma empresa tendo ela contingenciado quase metade do seu orçamento? A UFCA foi uma conquista do povo daquela região beneficiando jovens e adultos de diversos estados do Nordeste. Antes, a única opção para a juventude era pegar um ônibus e seguir para a capital tentar a sorte em uma universidade federal. Hoje, graças à interiorização do ensino superior iniciado nos governos do Partido dos Trabalhadores, gera-se conhecimento, emprego e renda sem o jovem ter que necessariamente sair de perto do convívio familiar.

Desconstruir a UFCA é deixar de lado uma universidade nova, em pleno processo de implantação, que, com seis anos de existência, já conta com 23 cursos de Graduação, 14 cursos de Pós-Graduação (cinco mestrados e nove especializações) e 3.292 estudantes em cinco campi.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o contingenciamento da verba é de R$ 46,5 milhões. Como se desenvolve pesquisa sem energia? Como manter os laboratórios sem a limpeza necessária? O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) terá de redimensionar os programas de extensão e capacitação de servidores, após ter R$ 32 milhões retidos pelo MEC, dos R$ 80 milhões previstos pra este ano. Contratos de limpeza e segurança estão ameaçados.

Na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), a cota do sacrifício também é alta. Ao todo, a instituição não poderá contar com R$ 11,5 milhões, ou 29% do orçamento previsto para garantir o seu funcionamento. Como ficam as obras de ampliação e manutenção de laboratórios tão importantes para o desenvolvimento de pesquisa nas universidades?

Não podemos admitir isso e vamos usar de todos os instrumentos e argumentos necessários para que essa destruição da universidade pública não ocorra.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Foto: Divulgação

Publicado no Portal Brasil 247 em 13/03/2019

O povo não vai pagar a conta sozinho

Não satisfeito em propor o fim da aposentadoria do trabalhador brasileiro, o governo agora promete desmontar por completo o Estado de bem-estar social previsto na Constituição de 1988. Em entrevista esta semana, o ministro da Economia, Paulo Guedes, promete enviar ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com as despesas obrigatórias da União – destinadas basicamente à Saúde e à Educação. Se isso realmente acontecer, será o maior estelionato eleitoral da história do Brasil e deixará milhões de brasileiros sem acesso a esses serviços essenciais.

As vinculações orçamentárias foram previstas pelos constituintes para garantir o mínimo de compromisso dos entes públicos com serviços básicos. Hoje a União é obrigada a aplicar 15% de tudo que arrecada com impostos à Saúde, e 18% à Educação. Estados têm de destinar 12% aos serviços de saúde e 25% ao fomento da educação. Já para os municípios, a destinação obrigatória é de 15% e 25% respectivamente.

Se com as garantias constitucionais de financiamento esses serviços já não funcionam da forma como a sociedade brasileira deseja e merece, imagina se os investimentos ficarem sujeitos apenas à discricionariedade dos governantes de plantão? Não restam dúvidas. O objetivo claro é sucatear os serviços públicos para depois entregar tudo ao deus mercado.

Hoje, o Sistema Único de Saúde (SUS) responde pelo atendimento exclusivo a 70% da população. Quando se trata de procedimentos de alta complexidade, como transplantes, a rede pública realiza 90% dos procedimentos. E ainda não é tudo, 98% das vacinas também são distribuídas

Foto: Pablo Valadares-Câmara dos Deputados

gratuitamente, assim como tratamentos para pacientes com HIV/aids, câncer, tuberculose e hanseníase.

Com tudo isso, o SUS atende mais de 150 mil pessoas por ano, mesmo com o subfinanciamento, que representa, desde sempre, o maior problema do sistema. O poder público – União, estados e municípios – investe menos de R$ 240 bilhões por ano para manter toda essa rede de atendimento.

Na Educação, a realidade não é muito diferente. Mais de 73% dos alunos encontram-se na rede pública. Mesmo com todas as críticas ao sistema, as estatísticas educacionais mostram ainda que mais de 70% dos estudantes de nível superior provêm de escolas públicas.

Como sempre, o governo alega que, com essa medida, pretende economizar. Mas o que ninguém explica é economizar para que e para quem. Aliás, durante a campanha presidencial, o então candidato a presidente

sequer participou de debates. Nem mesmo apresentou propostas. Nada do que está propondo agora foi discutido. Portanto, ele não tem legitimidade para fazer mudanças tão profundas, uma vez que quem o elegeu não foi questionado sobre elas. Por isso falamos em estelionato eleitoral.

Mas nós sabemos bem o que querem – é retirar direitos dos mais pobres para aumentar os lucros do rentismo. Basta dizer que, segundo o "posto Ipiranga" Paulo Guedes repete como um mantra, o objetivo é economizar R$ 1 trilhão com suas medidas draconianas. Esse é exatamente o valor pago em 2018 em juros e amortizações da dívida. Vejam que coincidência. Coincidência, aliás, é o que não falta nesse governo.

Se querem equilibrar as contas públicas, o caminho não pode ser outro que não o crescimento econômico. E, se for para cobrar a conta da população, que seja dos mais ricos. Por que não reeditam a medida provisória aprovada pela presidente Dilma Rousseff em 2015 que aumentou a tributação do lucro líquido dos bancos e rendia R$ 10 bilhões anuais aos cofres públicos? A tributação de lucros e dividendos somaria outros R$ 80 bilhões por ano aos recursos do Tesouro.

A grande verdade é que esta reforma terá um efeito de Robin Hood às avessas, retira dos pobres para entregar aos ricos, pois quem sairá ganhando é o mercado financeiro, uma vez que os bancos e fundos privados serão os principais gestores da aposentadoria da população.

Mas já está claro que o caminho do governo não será esse. Para derrotar esse pacote de maldades, será necessária mobilização popular. É povo nas ruas. No dia 22 deste mês, centrais sindicais e outras entidades sociais já organizam um grande dia de mobilização e luta contra a reforma da Previdência. É a oportunidade de mostrar a esse governo que o povo não aceita pagar a conta sozinho.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Foto: Divulgação

Publicado no Portal 247 em 27/02/2019

Projeto “anticrime” do Moro deixa brasileiros mais inseguros

Não restam dúvidas de que a insegurança representa umas das principais preocupações do brasileiro. O poder público não pode se eximir em apresentar soluções. No entanto, o governo tenta vender ao povo gato por lebre com a proposta do ministro da Justiça. Como ressaltam inúmeros juristas, mesmo os alinhados com Sérgio Moro, não se trata de um projeto de segurança pública, mas simplesmente de uma mudança nas leis penais que não trarão nenhuma redução da criminalidade. Ao contrário, o problema poderá ser agravado com a licença para matar concedida às polícias e a flexibilização de garantias constitucionais do cidadão.

Ao contrário do que possa parecer, os cidadãos comuns já são muito frágeis perante o Estado. Contra um aparato constituído por diversas polícias, ministério público e todo o sistema Judiciário, o indivíduo conta tão somente com o seu advogado na função de defesa. Não foi por outro motivo que a Constituição Cidadã de 1988 trouxe instrumentos importantes para a proteção das garantias fundamentais, como liberdade de ir vir e direito ao julgamento justo.

Como em qualquer democracia do mundo, obviamente, as polícias também devem estar submetidas a instrumentos de controle para evitar ações excessivas. Dar à polícia licença para matar não interessa a ninguém, muito menos aos bons policiais. A lei já garante proteção aos agentes da lei quando reagem em legítima defesa. O que o projeto de Moro prevê é uma "legítima defesa preventiva", ao falar em não punição caso o policial mate alguém em função de "escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Quem poderá valorar a quantidade de medo ou emoção que justifica essa ação extremada?

Foto: Divulgação

A polícia brasileira já é a que mais mata no mundo. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que, em 2017, foram 5.144 mortes cometidas por policiais na ativa, uma média de 14 por dia. E as maiores vítimas, como sempre, são os mais vulneráveis do ponto de vista social. Pesquisa sobre letalidade das polícias civis e militares paulistas, organizada pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo no ano passado, revelou que a população negra e periférica representa 65% das vítimas da violência policial.

É justo que o cidadão que sofre com a violência no dia a dia exija maior rigor na punição dos crimes. No entanto, é preciso deixar claro que leis com punições mais severas não vão reduzir milagrosamente a criminalidade. O que garante menor violência, como mostram diferentes experiências em diversas partes do mundo, é a combinação de dois fatores – garantia de punição e oferta de educação de qualidade aliada à proteção social.

Diferentemente do que possa parecer, o Brasil conta com leis muito rigorosas. Desde a promulgação do Código Penal, em 1940, até 2015, o país ganhou mais de 150 leis penais, quase 80% delas com punições mais severas. Mas, nesse mesmo período, a criminalidade só aumentou. Em 2016 atingiu a maior taxa até então registrada na história – 30 assassinatos por 100 mil pessoas. Em 1980, eram 11 assassinatos por 100 mil habitantes.

Está claro, por esses números, que endurecer penas representa unicamente uma falácia no que se refere ao combate ao crime. Até porque o Brasil já tem a segunda maior população carcerária do mundo, com quase 800 mil presos, sendo que mais de um terço deles sequer passou por julgamento. Do que serve lei mais rigorosa se muitos dos crimes não são sequer julgados?

Mas o problema é ainda mais grave, pois o país certamente tem uma das menores taxas de resolução de homicídios do mundo – de aproximadamente 6%. E falo só de homicídios porque dos demais crimes não há sequer estatísticas. Na Inglaterra, para fins de comparação, a resolução de delitos chega a 90% dos casos, na França, a 80%, e nos Estados Unidos, a 65%.

Fica patente que um projeto de segurança pública de verdade deve passar necessariamente por melhores condições para o trabalho policial. Investimento em salários, em inteligência, em cooperação. Para não mencionar áreas conexas, como educação e melhores condições de vida.

Não custa lembrar que os países com menores índices de

delinquência hoje são exatamente aqueles onde houve Estado de bem-estar social. A Escandinávia, por exemplo, tem menos de um assassinato por 100 mil habitantes. O índice também é baixo em outros países que adotaram a mesma fórmula de combinar educação de qualidade e proteção social com certeza de punição, como Japão, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

E a proposta de lei apresentada pelo ministro sequer arranha essas áreas. Visivelmente, mesmo aqueles que tinham uma simpatia por Moro esperavam mais dele,. Todos concordam que ele apresentou um projeto sem nenhuma solução efetiva para a Segurança Pública.

Aponto a necessidade urgente de nacionalizar a Segurança Pública num grande esforço em parceria com os estados para combater o narcotráfico nas nossas fronteiras e o crime organizado. É preciso integrar as forças de segurança no país, fazer uso de novas tecnologias, buscar as melhores práticas internacionais.

Apesar de toda a propaganda enganosa, deste projeto do Moro, o Brasil permanece à espera de uma verdadeira proposta para a área de segurança pública.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Foto: Divulgação

Publicado no Portal Brasil 247 em 16/01/2019

Como primeiro ato, governo privatiza segurança do cidadão

O novo governo, com o decreto que libera geral a posse de armas, terceirizou a segurança pública e transferiu para o cidadão um dever primordial do Estado de Direito que é proteger seus cidadãos. Com uma arma na mão, será cada um por si na promoção da segurança própria, de sua família, de seu patrimônio. Uma medida irresponsável que, ao contrário do que promete, irá aumentar o número já assustador de mortes no Brasil.

É preciso ressaltar que a medida serve apenas para criar uma cortina de fumaça sobre a total ausência de propostas concretas para reduzir a criminalidade. Sem projetos, o governo vai contra o desejo da população, contrária ao aumento da circulação de armas no país. Segundo pesquisa do Datafolha, divulgada em 31 de dezembro, 61% dos brasileiros são contra a medida.

E com toda razão. Estudos sérios, de universidades e entidades que pesquisam segurança, mostram que quanto mais armada a população, mais crimes. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que 1% de aumento nas armas corresponde a um crescimento de 2% na taxa de homicídios. Falta dizer que 70% dos assassinatos no Brasil são cometidos com arma de fogo.

O contrário, é claro, também é verdadeiro. As pesquisas mostram que desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003, durante o primeiro mandato do presidente Lula, houve uma desaceleração no crescimento do número de mortes por agressão. Entre 1996, início da série, e 2003, de acordo com o Datasus, do Ministério da Saúde, a média de crescimento anual desse tipo de delito ficou em 2,22%. Já de 2004 em diante, a média foi de 0,29%, nada menos que 87% de queda.

Foto: Divulgação

Desde que começaram a flexibilizar o Estatuto, a partir de 2007, houve retomada no aumento do número de homicídios, que chegou a quase 62 mil em 2016 – 29,66 por 100 mil habitantes. Ainda assim, segundo simulação feita pelo jornal Folha de S. Paulo, sem a legislação vigente os assassinatos por arma de fogo teriam alcançado 84 mil, ou 40,71% por 100 mil habitantes.

Defensores do decreto afirmam, em defesa do ato, que ele libera apenas a posse de armas e não porte. Não custa lembrar que a maioria dos crimes de feminicídio, por exemplo, ocorrem em casa. E o Brasil ocupa o quinto lugar entre os países que mais matam mulheres no mundo, com uma média de três por dia, de acordo com dados da ONU Mulheres. Levantamento do jornal O Globo mostra uma realidade ainda mais sombria. Somente os primeiros 11 dias deste ano somam 33 vítimas de feminicídio, média de 5 por dia.

Não por acaso, praticamente em todo o mundo se adotam políticas cada vez mais restritivas no acesso às armas. Somente dois países flexibilizaram critérios no último ano – Itália e Israel. Junto a eles estão os Estados Unidos, que tradicionalmente facilitaram o armamento da população. Com resultados desastrosos. Matéria recente da revista The Week mostra que, somente entre 2014 e 2017, 56.755 pessoas morreram por arma de fogo no país, entre elas, 2.710 crianças. Somam-se a esse número 22 mil suicídios.

Só não vê quem não quer. Não poderia estar mais transparente que criminalidade se combate com políticas públicas efetivas – como o próprio Estatuto do Desarmamento, que estabelece controle rigoroso sobre o acesso às armas. Assim como outras políticas adotadas durante os governos do PT.

Uma das principais delas é a criação da Força Nacional de Segurança, um investimento em cooperação e inteligência, que prevê articular Polícia Federal e forças estaduais, com treinamento e integração de esforços para ajuda mútua entre os estados. Outro exemplo foi o Pronasci, que articula ações de segurança pública com políticas sociais e de proteção às vítimas.

Governado pelo nosso partido, o Ceará também está dando um exemplo ao país de como lidar com uma crise na segurança. O estado não está somente reagindo aos ataques. As ações para melhorar a segurança começaram há muito tempo, ainda no primeiro mandato do governador Camilo Santana.

Dentre tantas medidas, pode-se destacar a política de valorização dos trabalhadores em segurança, inclusive

com a realização de concursos públicos que permitiram a maior contração de agentes de segurança da história do Ceará. O estado ainda equipou as polícias com tecnologias de inteligência e investiu na construção de novas unidades prisionais.

Ocorreu ainda a integração das ações de segurança em todo o estado e foram criadas delegacias em funcionamento 24 horas. Soma-se a isso a valiosa cooperação das instituições federais de segurança e a solidariedade de outros governos estaduais.

É assim que se faz política de segurança e combate à criminalidade. Por meio da adoção de políticas integradas, com previsão de resultados de curto, médio e longo prazo. Simplesmente relegar essa tarefa ao cidadão é uma irresponsabilidade e vai resultar em um cenário de bang-bang ainda pior do que já se observa hoje no país. Só quem ganha com a liberação das armas é a indústria armamentista.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Foto: Divulgação

Publicado no Jornal O Povo em 21/01/2019

A luta pelo Ceará pacífico

O Brasil acompanha atento o desenrolar dos atentados contra a paz social e a segurança pública no Ceará, sobretudo no que diz respeito à capacidade das instituições darem uma resposta firme e eficaz no enfrentamento das ações criminosas. A condução da atual crise e o seu resultado servirão de importantes indicativos para a política de segurança pública no País.

A capacidade de reação do Estado está sendo possível em razão do planejamento iniciado no primeiro governo. A gestão financeira cuidou do equilíbrio fiscal, sem prejuízos dos investimentos na área social, infraestrutura e, de forma particular, na área da segurança pública.

Política de valorização e promoção dos trabalhadores da segurança; concursos públicos que permitiram a maior contratação de agentes de segurança na história; construção de novas unidades prisionais; interiorização do Batalhão de Rondas e ações intensivas e ostensivas; implantação dos Batalhões de Divisas; investimentos em equipamentos, novas tecnologias e em inteligência, são algumas das ações que organizaram um sistema de segurança com razoável capacidade de resposta às ações do crime. Some-se a isso, a indispensável cooperação das instituições federais de segurança e a valiosa solidariedade de outros governos estaduais.

Embora a onda de ataques tenha refluído, o momento não comporta trégua. O desmantelamento das organizações criminosas, restringindo-se o seu poder de ação nas ruas e nos presídios exige a continuidade dos esforços de combate, sempre na observância da legalidade e no respeito à população atingida. Impor a autoridade do Estado perante o crime deve ser compreendido não como

Foto: Divulgação

um fim em si mesmo, mas como pressuposto para seguirmos com a implantação de uma política interinstitucional de prevenção e segurança pública, promotora de uma cultura de paz e inclusão. Uma política em que a mão do trabalhador empunhe a carteira de trabalho, e, a do jovem, o livro, com a dignidade humana se afirmando como valor inarredável do Ceará pacífico que todos queremos e acreditamos estar construindo.

José Guimarães – advogado, deputado federal e vice-líder da Minoria na Câmara

Projetos de Guimarães durante o ano de 2019

NOVEMBRO

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 699/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.112, de 12 de novembro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação da sociedade civil no Programa Mulher Protegida.
Data: 19/11/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 698/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação da sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano
Data: 19/11/2019

Projeto de Lei 6005/2019
Ementa: Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 dezembro de 2010, para estabelecer novos critérios de rateio da parcela do valor dos royalties e da participação especial destinados ao fundo especial a ser distribuído entre Estados e o Distrito Federal
Data: 19/11/2019

Requerimento de Sessão Solene 2868/2019
Ementa: Requer a realização de Sessão Solene pelos 20 anos de criação do Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar e por sua atuação em prol do desenvolvimento cultural do estado do Ceará.
Data: 05/11/2019

Requerimento 132/2019 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Ementa: Solicita que seja convocado o Senhor Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, para comparecer à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania a fim de prestar esclarecimentos sobre entrevista concedida ao jornal "O Estado de S. Paulo" sobre um possível "AI-5".

Data: 05/11/2019

Requerimento de Moção 2867/2019

Ementa: Requer aprovação de Moção de Aplausos e Reconhecimento pelos 20 anos de criação do Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar e por sua atuação em prol do desenvolvimento cultural do estado do Ceará.

Data: 05/11/2019

OUTUBRO

Projeto de Lei 5692/2019
Ementa: Altera a Lei nº 9.966, de 2000, que "dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências", para dispor sobre o Plano Nacional de Contingência (PNC).
Data: 29/10/2019

Projeto de Lei 5592/2019
Ementa: Dispõe sobre a política de preços de combustíveis automotivos em todo o território nacional
Data: 22/10/2019

Requerimento 2744/2019
Ementa: Requer a criação de GRUPO DE TRABALHO a fim de estudar e encontrar soluções para a crise ambiental ocorrida no Brasil, onde praias do Nordeste foram contaminadas com manchas de óleo.
Data: 22/10/2019

Projeto de Lei 5588/2019
Ementa: Revoga a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que "altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei n° 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências".
Data: 22/10/2019

Requerimento de Desapensação 2692/2019
Ementa: Cumprimentando-o, solicito desapensar o Projeto de Lei nº 4998/2019, que dispõe sobre a nomeação dos dirigentes máximos de instituições federais de ensino superior, em virtude de que este requerimento já está tramitando em caráter de urgência.
Data: 16/10/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 660/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.050, de 09 de outubro de 2019, que coloca o ônus da privatização no consumidor e favorece as distribuidoras de energia.
Data: 14/10/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 659/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.051, de 09 de outubro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação do cidadão nas decisões do Estado.
Data: 14/10/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 658/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.052, de 09 de outubro de 2019, que não inclui de maneira ilegal e antidemocrática a agricultura familiar na Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão e Digital.
Data: 14/10/2019

OUTUBRO

Requerimento 111/2019 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Ementa: Requer, em aditamento ao Requerimento nº 100/2019, a inclusão de convidados em Audiência Pública para debater o PL nº 7401/2017, que estabelece a política de conteúdo local para as atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

Data: 10/10/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 655/2019

Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.045, de 04 de outubro de 2019, que "Dispõe sobre a qualificação da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização."

Data: 08/10/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 654/2019

Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.014, de 06 de setembro de 2019, que retira da pessoa com deficiência a sua devida integração comunitária; conforme disposto na Carta Magna.

Data: 08/10/2019

Requerimento 101/2019 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Ementa: Requer, em aditamento ao Requerimento nº 98/2019, o envio de convite ao Procurador da República Deltan Martinazzo Dallagnol para esclarecimentos.

Data: 03/10/2019

SETEMBRO

Requerimento de Urgência 2422/2019
Ementa: Requer a urgência na tramitação e a imediata inclusão na Ordem do Dia, no Plenário da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 4998/2019.
Data: 17/09/2019

Emenda de Relator 3, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, apensado ao Projeto de Lei 2770/2015
Ementa: Permite a detentor de mandato eletivo propor ação civil pública.
Data: 12/09/2019

Projeto de Lei 4998/2019
Ementa: Dispõe sobre a nomeação dos dirigentes máximos de instituições federais de ensino superior.
Data: 11/09/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 612/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 10.003, de 04 de setembro de 2019, que esvazia e interfere ilegalmente no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).
Data: 10/09/2019

Requerimento de Retirada de proposição de iniciativa individual 2329/2019
Ementa: Requer a retirada do PDL 596/2019.
Data: 04/09/2019

SETEMBRO 2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 596/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que "Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações".
Data: 03/09/2019

AGOSTO 2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 563/2019
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 2.046, de 15 de agosto de 2019, que "Declara a revogação, para fins do disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de atos normativos".
Data: 27/08/2019

Requerimento de Informação 1013/2019
Ementa: Solicita informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação acerca dos dados sobre o aumento dos alertas de desmatamento da Amazônia, divulgados pelo INPE.
Data: 13/08/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 506/2019
Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 686, de 7 de Agosto de 2019, que "dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Ministério da Educação, no Bloco "L", na Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF
Data: 12/08/2019

JULHO

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 493/2019
Ementa: Susta os efeitos da Portaria do Ministério da Justiça, nº 666, de 25 de julho de 2019, que "Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação sumária de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal".
Data: 30/07/2019

Requerimento de Retirada de Proposição de Iniciativa Coletiva 1906/2019
Ementa: Requer retirada de tramitação da emenda de plenário nº 5, apresentada ao PL nº 2.999, de 2019.
Data: 08/07/2019

Requerimento de Retirada de Proposição de Iniciativa Coletiva 1905/2019
Ementa: Requer retirada de tramitação da emenda de plenário nº 4, apresentada ao PL nº 2.999, de 2019.
Data: 08/07/2019

Requerimento de Retirada de Proposição de Iniciativa Coletiva 1904/2019
Ementa: Requer retirada de tramitação da emenda de plenário nº 3, apresentada ao PL nº 2.999, de 2019.
Data: 08/07/2019

Requerimento de Retirada de Proposição de Iniciativa Coletiva 1903/2019
Ementa: Requer retirada de tramitação da emenda de plenário nº 2, apresentada ao PL nº 2.999, de 2019.
Data: 08/07/2019

Requerimento de Redistribuição 1886/2019
Ementa: Solicita revisão do despacho de distribuição do processo referente à Mensagem nº 208, de 2019, que submete à apreciação do Congresso Nacional o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, assinado em Washington, em 18 de março de 2019, para a inclusão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania entre as competentes para pronunciamento quanto ao mérito da matéria.
Data: 03/07/2019

Voto em Separado à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Henrique Fontana - PT/RS, Gleisi Hoffmann - PT/PR e outros
Ementa: Voto em seperado da Bancada do Partido dos Trabalhadores, divergente das conclusões do relator.
Data: 02/07/2019

JULHO 2019

Indicação 965/2019

Ementa: Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Cidadania o Tombamento do Centro Histórico do Município de Barbalha, Estado do Ceará, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Data: 01/07/2019

JUNHO 2019

Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão 72/2019 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Ementa: Solicita que sejam convocados os Senhores Ministros do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI e da Defesa, respectivamente Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Fernando Azevedo e Silva e convidado o Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Antônio Carlos Moretti, a fim de prestarem esclarecimentos acerca da apreensão, em avião presidencial, na Espanha, de 39 quilos de cocaína na posse de militar da Força Aérea Brasileira.

Data: 27/06/2019

Requerimento de Retirada de Assinatura em Proposição de Iniciativa Coletiva 1820/2019

Ementa: Requer retirada de assinatura aposta à Emenda de Plenário nº 5, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.999, de 2019.

Data: 25/06/2019

Requerimento de Retirada de Assinatura em Proposição de Iniciativa Coletiva 1819/2019

Ementa: Requer retirada de assinatura aposta à Emenda de Plenário nº 4, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.999, de 2019.

Data: 25/06/2019

JUNHO

Requerimento de Retirada de Assinatura em Proposição de Iniciativa Coletiva 1818/2019
Ementa: Requer retirada de assinatura aposta à Emenda de Plenário nº 3, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.999, de 2019.
Data: 25/06/2019

Requerimento de Retirada de Assinatura em Proposição de Iniciativa Coletiva 1817/2019
Ementa: Ementa: Requer retirada de assinatura aposta à Emenda de Plenário nº 2, apresentada ao Projeto de Lei nº 2.999, de 2019.
Data: 25/06/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 417/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.844, de 25 de junho de 2019, que "regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas".
Data: 25/06/2019

Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão 71/2019 CCJC
Junto a Paulo Teixeira - PT/SP, Ivan Valente - PSOL/SP e outros.

Ementa: Requer seja convocado o Senhor SÉRGIO FERNANDO MORO, Ministro da Justiça e Segurança Pública, para prestar esclarecimentos perante o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, acerca dos diálogos divulgados pelo portal de notícias The Intercept Brasil, entre o Ministro e os procuradores da Operação Lava-Jato, transparecendo condutas que ferem a imparcialidade necessária aos membros da Procuradoria Geral da República e ao então magistrado.
Data: 25/06/2019

Requerimento de Audiência Pública 70/2019 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Junto a Darcísio Perondi - MDB/RS, Bia Kicis - PSL/DF, Delegado Waldir - PSL/GO e outros
Ementa: Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com a presença do Ministro da Justiça e Segurança Pública
Data: 24/06/2019

Requerimento 67/2019 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Ementa: Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, o Senhor Sérgio Fernando Moro, para comparecer a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC, a fim

de prestar esclarecimentos acerca das razões pelas quais, mesmo ciente das inconstitucionalidades perpetradas na Operação Lava Jato, não tomou qualquer medida ao se tornar Ministro da Justiça.
Data: 19/06/2019

Emenda de Plenário 5/2019 acrescentada ao Projeto de Lei 2999/2019
Ementa: Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal.
Data: 17/06/2019

Emenda de Plenário 4/2019 acrescentada ao Projeto de Lei 2999/2019
Ementa: Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal.
Data: 17/06/2019

Emenda de Plenário 3/2019 acrescentada ao Projeto de Lei 2999/2019
Ementa: Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto

Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal.
Data: 17/06/2019

Emenda de Plenário 2/2019 acrescentada ao Projeto de Lei 2999/2019
Ementa: Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social figure como parte e que tramitem no âmbito de responsabilidade da Justiça Federal.
Data: 17/06/2019

Projeto de Lei 3548/2019
Ementa: Veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340 (Lei Maria da Penha), de 07 de agosto de 2006 e Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989.
Data: 17/06/2019

Substitutivo 1 Comissão de Constituição de Justiça e de Cidadania ao Projeto de Lei Complementar 105/2011
Ementa: Acrescenta art. 37-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".
Data: 12/06/2019

JUNHO

Emenda de Relator 1 Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania acrescentada ao Projeto de Lei Complementar 105/2011
Ementa: Acrescenta art. 37-A à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que "estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências".
Data: 12/06/2019

Projeto de Lei 3439/2019
Ementa: Dispõe sobre a criação de unidades de preservação de vestígios forenses.
Data: 11/06/2019

Emenda de Comissão acessória do Projeto de Emenda à Constituição 5/2019
Junto a Waldenor Pereira - PT/BA, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros
Ementa: Propõe modificações à PEC 15/2015, para tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) instrumento permanente de financiamento da educação básica pública.
Data: 06/06/2019

Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia 1680/2019 do Projeto de Lei 1755/2007

Ementa: Requer a inclusão na Ordem do Dia do PL 1.755 de 2007, que "Dispõe sobre a proibição da venda de refrigerantes em escolas de educação básica

Data: 05/06/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 378/2019

Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.805, de 28 de maio de 2019, que "Altera o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama

Data: 03/06/2019

MAIO

Emenda na Comissão 236/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Propõe alteração dos requisitos para aposentadoria voluntária, em todos os regimes, restabelecendo a fórmula instituída pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005.
Data: 30/05/2019

Emenda na Comissão 235/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Condiciona o início da vigência da Emenda Constitucional à sua aprovação em referendo popular.
Data: 30/05/2019

Emenda na Comissão 234/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Visa restabelecer os direitos da seguridade ao trabalhador rural, individual e avulso, e ao segurado especial, bem como garantir, quanto à previdência social, seus atributos redistributivos e de combate à pobreza e à miséria
Data: 30/05/2019

Emenda na Comissão 233/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Suprime dispositivos relativos às regras de idade, tempo mínimo de contribuição e valores de benefícios, além do § 5º do art. 195 da PEC 6/2019, que cerceia o acesso à justiça.
Data: 30/05/2019

Emeda na Comissão 232/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Restaura as regras constitucionais da aposentadoria de professoras e professores da educação básica.
Data: 30/05/2019

Emenda na Comissão 231/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência) Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Suprime do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 a redação dada aos §§ 3º, 3º-A e 3º-B do artigo 239 da Constituição Federal, relativos à alteração nas regras de acesso e no valor do abono salarial anual.
Data: 30/05/2019

MAIO

Emenda Supressiva 230/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Zeca Dirceu - PT/PR, Zé Neto - PT/BA e outros
Ementa: Suprime do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 a redação dada ao § 6º do artigo 40 e ao artigo 201-A da Constituição Federal e, por consequência, o artigo 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pelo artigo 2º da proposta, relativamente à instituição de novo regime de previdência social, organizado com base em sistema de capitalização individual.
Data: 30/05/2019

Emenda Supressiva 229/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros
Ementa: Suprime do artigo 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 a redação dada ao artigo 203 da Constituição Federal e, por consequência, os artigos 40, 41 e 42 da proposta, relativos ao benefício da assistência social à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que dele necessitar.
Data: 30/05/2019

Emenda na Comissão 228/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/

BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros
Ementa: Altera a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, para devolver ao texto da Constituição Federal as regras previdenciárias, com exclusão da capitalização e das regras de transição.
Data: 30/05/2019

Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão 56/2019 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Junto a Alencar Santana Braga - PT/SP, Maria do Rosário - PT/RS e outros
Ementa: Convocação Ministro da Justiça.
Data: 28/05/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 336/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que "altera o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto nº 9.607, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa.
Data: 28/05/2019

MAIO

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 288/2019

Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, que "dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal".

Data: 21/05/2019

Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão 55/2019 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Junto a Aliel Machado - PSB/PR, João H. Campos - PSB/PE e outros.

Ementa: Requer seja convocado o MINISTRO-CHEFE DA CASA CIVIL, SR. ONYX LORENZONI, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão, acerca do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Data: 21/05/2019

Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo 225/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.785, de 07 de maio de 2019, que "Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas".
Data: 08/05/2019

Requerimento 138/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de seminário para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, nos Estados do Ceará e Pernambuco, com a presença de especialistas e membros desta Comissão.
Data: 07/05/2019

Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão 44/2019 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
Ementa: Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, a fim de prestar informações a respeito do contingenciamento de recursos das universidades e dos demais recursos da educação.
Data: 07/05/2019

MAIO

Requerimento de Audiência Pública 105/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Carlos Veras - PT/PE, Gleisi Hoffmann - PT/PR e outros.
Ementa: Requerem a realização de seminários no Estado do Goiás e demais Estados da região.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 104/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Jorge Solla - PT/BA, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer a realização de seminários no Estado da Bahia e demais Estados da região, universidades e dos demais recursos da educação.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 103/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Gleisi Hoffmann - PT/PR, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros.
Ementa: Requer a realização de audiência pública a fim de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 2019, com os convidados: - Guilherme Delgado - Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas, com pesquisa

nas seguintes áreas: agricultura, política agrícola, política social, previdência social e previdência rural; - Cláudio Alberto Puty - Doutorado em Economia - New School for Social Research. Professor Associado da Universidade Federal do Pará, Professor visitante do BRICS Center da University of International Business and Economics, Pequim, China e pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA - PNPD). Deputado Federal (2011-2015), Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Previdência, onde foi presidente do Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS) e presidente do Conselho da DATAPREV; - Eduardo Moreira - Graduado em engenharia pela PUC do Rio de Janeiro e em economia na Universidade da Califórnia de San Diego (UCSD). Fundador da empresa Brasil Plural e a Genial Investimentos. Em 2016, eleito um dos 3 melhores economistas do Brasil pela revista Investidor Institucional como; - Sonia Fleury - pesquisadora do PESES/ FINEP/FIOCRUZ, analisando o Complexo Previdenciário de Assistência. Foi consultora do Ministério da Previdência Social, na gestão do Dr. Waldir Pires, onde formulou a proposta de uma previdência viável e inclusiva. Integrou o conselho consultor do IBASE. Consultora da Assembleia Nacional Constituinte, para a elaboração do capítulo sobre a Seguridade Social da Constituição de 1988. Presidente da FIOCRUZ. Trabalhou na Fundação até 2018, quando

recebeu Medalha de Ouro Oswaldo Cruz do Ministério da Saúde. Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES 2003-2006. Também foi Membro da Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS). Professora visitante em diversas Universidades na América Latina e na Europa e consultora em vários países dos principais organismos internacionais: OPS, BID, UNDP, World Bank, FLACSO, dentre outros. Autora de estudos sobre a reforma da previdência proposta pela PEC nº 6/2019, para a FIOCRUZ.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 102/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Henrique Fontana - PT/RS, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer a realização de seminário na capital de cada estado do país.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 101/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Henrique Fontana - PT/RS, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer a realização de seminário no estado de São Paulo e demais estados da região.
Data: 06/05/2019

Requerimento 98/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Pedro Uczai - PT/SC, Carlos Veras - PT/PE e outros
Ementa: Requer ao Ministério da Economia, informações acerca das projeções atuariais tanto do Regime Geral (RGPS) quanto do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) constantes no Anexo IV (Metas Fiscais) da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020.
Data: 06/05/2019

Requerimento 97/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Jorge Solla - PT/BA, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer ao Ministério da Economia, informações para identificar, em detalhes, a elaboração do fluxo de caixa prospectivo do RGPS para os próximos 10 anos.
Data: 06/05/2019

Requerimento 96/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Teixeira - PT/SP, Gleisi Hoffmann - PT/PR, Carlos Veras - PT/PE e outros
Ementa: Requer ao Ministério da Economia, informações para identificar, em detalhes, o custo de transição para o Tesouro Nacional da instituição

do Regime de Capitalização proposto pela PEC nº 06/2019.
Data: 06/05/2019

Requerimento 95/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requerer ao Ministério da Economia, informações acerca da memória de cálculo da economia de recursos que serão obtidos nos próximos 10 anos com a aprovação da Reforma da Previdência, tanto do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) quanto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) decorrentes do envio da PEC nº 06/2019.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 94/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Henrique Fontana - PT/RS, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requerem a realização de seminários no Estado do Rio Grande do Sul e demais Estados da região.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 93/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Gleisi Hoffmann - PT/PR, Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer a realização de seminários no Estado do Paraná e demais Estados da região.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 92/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Carlos Veras - PT/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer a realização de seminários no Estado do Ceará e demais Estados da região.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 91/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Carlos Veras - PT/PE, Gleisi Hoffmann - PT/PR, Paulo Teixeira - PT/SP e outros.
Ementa: Requer a realização de seminários no Estado de Pernambuco e demais Estados da região.
Data: 06/05/2019

MAIO

Requerimento 90/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Carlos Veras - PT/PE, Gleisi Hoffmann - PT/PR, Paulo Teixeira - PT/SP e outros.
Ementa: Requer ao Ministério da Economia, informações sobre o perfil dos segurados que recebem benefícios incapacitantes.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 89/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Carlos Veras - PT/PE, Gleisi Hoffmann - PT/PR, Paulo Teixeira - PT/SP e outros.
Ementa: Requer a realização de audiência pública a fim de debater a Proposta de Emenda à Constituição n° 06, de 2019, com representantes das entidades: Central Única dos Trabalhadores - CUT; - Força Sindical - União Geral dos Trabalhadores - UGT; - Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras - CTB; - Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST; - Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; - Central da Classe Trabalhadora - Intersindical.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Informação 502/2019
Ementa: Requer o envio de pedido de informações por escrito dirigido ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Onix Lorenzoni, para envio dos esclarecimentos que especifica.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Informação 501/2019
Ementa: Requer informações ao Ministério da Economia respeito da proposta de aumento do valor das emendas parlamentares individuais aos Deputados, condicionado à aprovação da reforma da previdência.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 59/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a participação do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Senhor Felipe Santa Cruz.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 58/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a participação do Senhor Eduardo Moreira.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 57/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de

2019, com a participação do Senhor José Antônio Savaris.
Data: 06/05/2019

Requerimento de Audiência Pública 56/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, com a participação do Senhor Carlos Ayres Britto.
Data: 06/05/2019

ABRIL 2019

Requerimento de Informação 494/2019
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Gleisi Hoffmann - PT/PR, Afonso Florence - PT/BA e outros
Ementa: Requer sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro da Educação, ABRAHAM WEINTRAB, relativamente ao corte ou bloqueio de verbas destinadas às Universidades Federais.
Data: 30/04/2019

Requerimento 1292/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Jandira Feghali - PCdoB/RJ, Joenia Wapichana - REDE/RR e outros.
Ementa: Requer a suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, por vinte dias.
Data: 23/04/2019

Requerimento de Informação 454/2019
Ementa: Solicita informações ao Sr. Ministro da Economia acerca da classificação sigilosa dos estudos que embasaram a PEC 06/2019.
Data: 23/04/2019

Projeto de Lei 2444/2019
Ementa: Altera a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, para assegurar o acesso aos documentos e às informações referentes às proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional ou em qualquer de suas Casas.
Data: 23/04/2019

ABRIL

Requerimento 1250/2019 de subscrição ao Projeto de Decreto Legislativo 114/2019
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Requer subscrição ao Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2019, que "Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações".
Data: 16/04/2019

Voto em Separado 8 – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Maria do Rosário - PT/RS, Alencar Santana Braga - PT/SP e outros.
Ementa: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.
Data: 16/04/2019

Projeto de Decreto Legislativo 133/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que "Altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e

estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações".
Data: 15/04/2019

Projeto de Decreto Legislativo 132/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "dispõe sobre a extinção e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional".
Data: 15/04/2019

Projeto de Decreto Legislativo 116/2019
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros
Ementa: Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.755, de 11 de abril de 2019, que "Institui o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção".
Data: 12/04/2019

Projeto de Decreto Legislativo 114/2019
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Alexandre Padilha - PT/SP, Arlindo Chinaglia - PT/SP e outros.
Ementa: Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo

federal para apuração destas infrações."
Data: 12/04/2019

Projeto de Decreto Legislativo 113/2019
Junto a Paulo Pimenta - PT/RS, Afonso Florence - PT/BA, Airton Faleiro - PT/PA e outros.
Ementa: Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal."
Data: 12/04/2019

Requerimento de Voto de Pesar 1135/2019
Ementa: Requer a apresentação de Voto de Pesar pelo falecimento de Erivanda de Lima Medeiros ocorrido na sexta-feira dia 05 de abril de 2019.
Data: 10/04/2019

2019

MARÇO

Projeto de Decreto Legislativo 76/2019
Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 9.731, de 2019, que "Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração".
Data: 26/03/2019

Requerimento 24/2019 (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, a fim de prestar informações acerca da Proposta de Emenda Constitucional n. 6, de 2019 (Reforma da Previdência).
Data: 26/03/2019

Requerimento de Audiência Pública 20/2019 (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, e do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, para discutir a Proposta de Emenda à

Constituição nº 6, de 2019 (Reforma da Previdência) em tramitação neste órgão.
Data: 20/03/2019

Requerimento 13/2019 (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania)
Ementa: Solicita seja convocado o Senhor Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo, a fim de prestar esclarecimentos acerca das graves denúncias de candidaturas femininas "laranjas" na eleição de 2018 em Minas Gerais, prática de que teria contribuído para desvio de vultosos recursos públicos em proveito de agentes políticos e/ou pessoas próximas a estes
Data: 19/03/2019

Projeto de Decreto Legislativo 65/2019
Junto a Carlos Zarattini - PT/SP, Gleisi Hoffmann - PT/PR e outros.
Ementa: Susta o Decreto nº. 9.731, de 16 de março de 2019, que trata da Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.
Data: 19/03/2019

MARÇO

Requerimento 9/2019 (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com a presença de Governadores de Estado, para debater sobre a Reforma da Previdência, PEC 06/2019.
Data: 19/03/2019

Requerimento 8/2019 (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, para debater sobre a Reforma da Previdência, PEC 06/2019.
Data: 19/03/2019

Requerimento 7/2019 (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Ementa: Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, com a presença do presidente da OAB Sr. Claudio Lamachia e o presidente da CONTAG, Sr. Aristides Veras dos Santos, para debater sobre a Reforma da Previdência, PEC 06/2019.
Data: 19/03/2019

Requerimento de Audiência Pública 2/2019 à Proposta de Emenda à Constituição 6/2019 (Reforma da Previdência)
Junto a Luizão Goulart - PRB/PR, Tadeu Alencar - PSB/PE, Paulo Teixeira - PT/SP e outros
Ementa: Requer a realização de Audiência Pública para debater a PEC nº 06/19, que trata da Reforma da Previdência, a respeito do seu impacto no âmbito da Administração Pública dos Três Entes Federativos.
Data: 14/03/2019

FEVEREIRO

Requerimento de Desarquivamento de Proposições 495/2019 relacionadas ao Projeto de Lei 4610/2009

Ementa: Requer o desarquivamento das preposições de minha autoria arquivadas pelo art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Data: 19/02/2019

Emenda de Plenário 8/2019 ao Projeto de Lei 10431/2018

Ementa: Dê-se ao artigo 2° do Projeto de Lei n. 10.431/2018 a seguinte redação:

"Art. 2°. Para fins do disposto nesta Lei, a indisponibilidade de ativos somente é aplicável a pessoas e organizações listadas pela Organização das Nações Unidas, considerando-se:"

Data: 12/02/2019

2019

JOSÉ GUIMARÃES
DEPUTADO FEDERAL

www.guimaraes.org.br

facebook.com/**guimaraes13pt**
twitter.com/**guimaraes13pt**
instagram.com/**dep_guimaraes**
youtube.com/guimaraes1322